

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTICAPACITISTAS E A CONSTRUÇÃO DA EQUIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Nome do(a) Autor(a): Emilly Martins Silveira.

Unifametro

Emilly.silveira@aluno.unifametro.edu.br

Orientador(a): Karen Stefanny Crisostomo Ramos

karen.ramos@professor.unifametro.edu.br

Área Temática: Psicologia escolar e educacional

Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Encontro Científico: XIII Encontro de Iniciação à Pesquisa

RESUMO

Introdução: O presente trabalho aborda as práticas pedagógicas anticapacitistas como instrumento para a construção da equidade no ambiente escolar, destacando o papel da educação inclusiva no Brasil e a necessidade de transformação das concepções pedagógicas.

Objetivo: Analisar, por meio de revisão bibliográfica, como as práticas anticapacitistas podem contribuir para a superação de barreiras e a promoção de ambientes escolares mais inclusivos.

Metodologia: A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica nas bases de dados SciELO Brasil, utilizando os descritores “educação inclusiva”, “capacitismo” e “práticas anticapacitistas”. Foram encontrados 20 artigos e selecionados nove, considerando o recorte temporal dos últimos dez anos e a relevância do tema para a formação docente.

Resultados: Os estudos analisados foram organizados em três eixos: fundamentos e contribuições das práticas anticapacitistas, lacunas e desafios para sua implementação e a distinção entre equidade e igualdade. Constatou-se que o enfrentamento do capacitismo exige formação docente contínua, aplicação do Desenho Universal para Aprendizagem e políticas públicas que garantam acesso e permanência de estudantes com deficiência.

Considerações finais: Conclui-se que o trabalho contribui para a reflexão sobre o papel transformador da escola e reforça a necessidade de articulação entre teoria, prática pedagógica e políticas educacionais para a efetivação de uma educação equitativa.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Capacitismo; Equidade.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil é fruto de um movimento histórico que busca garantir o direito de todas as pessoas à escolarização em condições de equidade. A Constituição Federal de 1988 assegura a educação como direito social e, em seu artigo 208, inciso III, estabelece o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9.394/1996) reforça esse direito e define, no artigo 58, que a educação especial deve ser oferecida, de forma transversal, em todos os níveis e etapas de ensino (BRASIL, 1996).

Desde a década de 1990, políticas públicas vêm ampliando o acesso das pessoas com

deficiência às escolas regulares, com destaque para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), de 2008, que estabeleceu princípios para reorganizar o sistema educacional brasileiro visando à inclusão (BRASIL, 2008). Como resultado, o número de matrículas na educação especial cresceu significativamente: segundo o Censo Escolar 2023, são mais de 1,7 milhão de estudantes público-alvo da educação especial matriculados, representando crescimento de 39% em relação a 2018 (INEP, 2024). Esse avanço demonstra maior presença de alunos com deficiência na escola, mas não garante, por si só, sua permanência e participação plena.

O Censo Demográfico de 2022, por sua vez, indica que 14,4 milhões de pessoas declararam ter alguma deficiência, o equivalente a 7,3 % da população com 2 anos ou mais (IBGE, 2025). Quando se observam indicadores educacionais, as desigualdades se tornam mais evidentes: entre as pessoas com deficiência de 25 anos ou mais, 63,1 % não concluíram o ensino fundamental, e apenas 7,4 % completaram o ensino superior, contra 19,5 % entre aqueles sem deficiência (IBGE, 2025). Esses dados reforçam que a equidade educacional é um desafio persistente e exige ações mais robustas.

Nesse contexto, a literatura científica vem problematizando o fenômeno do capacitismo — entendido como o conjunto de práticas, valores e estruturas que inferiorizam ou excluem pessoas com deficiência — no cotidiano escolar. Ferreira, Gesser e Böck (2024) analisaram narrativas de estudantes da educação básica e identificaram categorias que revelam a reprodução de práticas capacitistas, mas também a emergência de práticas anticapacitistas quando há reflexão crítica e participação coletiva. Em outro estudo, os mesmos autores investigaram relatos de profissionais da educação e observaram que, embora muitos reconheçam a importância da inclusão, ainda há desafios para transformar esse reconhecimento em práticas pedagógicas consistentes, o que demonstra a necessidade de formação continuada e de espaços de diálogo entre professores, gestores e comunidade (FERREIRA; GESSER; BÖCK, 2025).

A produção científica sobre o tema, mapeada por Ferreira et al. (2023) em uma revisão integrativa, mostra que o termo “capacitismo” começou a aparecer na literatura acadêmica brasileira a partir de 2015, mas ainda é pouco explorado nos trabalhos que tratam de educação inclusiva. Essa lacuna pode dificultar que educadores reconheçam as barreiras atitudinais e estruturais que afetam o aprendizado de estudantes com deficiência. A mesma revisão indica que é necessário articular políticas públicas, formação docente e recursos pedagógicos para que a inclusão seja efetiva.

Autores como Ribeiro (2018) e Pletsch (2020) apontam o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como um caminho potente para promover equidade, pois pressupõe o planejamento de currículos flexíveis que atendam às necessidades de todos os estudantes, e não apenas daqueles que se enquadram em um “padrão” de aprendizagem. O DUA prevê múltiplos meios de representação, engajamento e expressão, de modo a reduzir barreiras de acesso ao conhecimento. Assim, práticas pedagógicas anticapacitistas vão além de adaptações pontuais, buscando transformar o planejamento curricular para acolher a diversidade como princípio, e não como exceção.

Tais transformações exigem que os professores construam compreensões críticas sobre o capacitismo e desenvolvam competências para identificar e enfrentar barreiras atitudinais, físicas e comunicacionais no ambiente escolar (Ferreira et al., 2023). A literatura destaca a importância da formação inicial e continuada de docentes, da criação de redes colaborativas entre professores e do uso de metodologias ativas que favoreçam a participação de todos os estudantes (Ferreira; Gesser; Böck, 2025).

Entretanto, estudos também mostram que muitas escolas ainda não dispõem de infraestrutura adequada, tecnologias assistivas ou apoio pedagógico suficiente para garantir a inclusão (Ferreira et al., 2023). Há desafios relacionados à sobrecarga docente, à falta de tempo para

planejamento colaborativo e à necessidade de sensibilização de toda a comunidade escolar, incluindo famílias e gestores. A superação dessas barreiras depende de uma abordagem sistêmica, que considere o papel das políticas públicas, do financiamento educacional e da produção de materiais acessíveis.

Diante desse panorama, torna-se urgente discutir práticas pedagógicas anticapacitistas como estratégia para transformar o cotidiano escolar. Não se trata apenas de integrar alunos com deficiência em salas regulares, mas de repensar os modos de ensinar e avaliar, de maneira que todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprender e se desenvolver (RIBEIRO, 2018; PLETSCHE, 2020).

Assim, este trabalho tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica acerca das práticas pedagógicas anticapacitistas e de sua contribuição para a construção de equidade no ambiente escolar. Pretende-se mapear produções científicas que tratam do tema, identificar estratégias pedagógicas descritas na literatura e refletir sobre suas implicações para a formação docente e para as políticas de educação inclusiva no Brasil.

Este estudo foi concebido a partir de demandas observadas durante a Iniciação Científica, em que se identificaram lacunas na formação de professores e dificuldades na implementação de práticas anticapacitistas de forma sistemática. A revisão proposta busca, portanto, fornecer subsídios teóricos e práticos para fortalecer uma educação que reconheça a diversidade como valor e promova a participação plena de todos os estudantes.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica integrativa, modalidade de pesquisa que busca reunir, analisar e sintetizar de forma sistemática os resultados de estudos sobre um determinado tema, permitindo uma compreensão ampla e atualizada do fenômeno investigado (Botelho; Fracoli, 2021). Segundo Whittemore e Knafl (2005), a revisão integrativa possibilita integrar evidências teóricas e empíricas, sendo adequada para fundamentar práticas pedagógicas e subsidiar novas pesquisas.

A busca dos artigos foi realizada exclusivamente na base de dados SciELO Brasil, escolhida por sua abrangência na divulgação de periódicos científicos nacionais de acesso aberto e relevância para a área da Educação e Ciências Humanas. Para localizar os estudos, foram utilizadas as palavras-chave *educação inclusiva*, *capacitismo* e *práticas anticapacitistas*, empregadas de forma combinada e isolada, garantindo maior amplitude da pesquisa. Esse procedimento segue as orientações de Fonseca (2011), que recomenda a escolha criteriosa dos descritores para assegurar a rastreabilidade e a reprodutibilidade do processo de busca.

No total, foram identificados 20 (vinte) artigos potencialmente relevantes. Em seguida, aplicaram-se os critérios de inclusão: (a) publicações dos últimos dez anos (2015–2025), de modo a assegurar atualidade ao referencial teórico; e (b) trabalhos que abordassem diretamente o papel de educadores e de práticas pedagógicas no enfrentamento do capacitismo ou na promoção da inclusão escolar. Foram excluídos artigos duplicados, estudos que apresentavam apenas discussões de caráter legal sem análise pedagógica, relatos de caso muito específicos sem relação com a prática docente e textos com foco exclusivo na experiência do aluno sem implicações para a formação ou atuação de professores.

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, 8 (oito) artigos compuseram o corpus de análise. Entre eles, destacam-se os trabalhos de Ferreira, Gesser e Böck (2024; 2025), que discutem a manifestação do capacitismo e o papel de professores e gestores escolares na implementação de práticas anticapacitistas, bem como os estudos que abordam o Desenho Universal para a Aprendizagem (Ribeiro, 2018; Costa, 2022), a diferenciação curricular e estratégias de inclusão (Pletsch, 2020), além de análises conceituais sobre políticas de inclusão escolar (Mantovan, 2017).

A análise dos textos selecionados seguiu as etapas propostas por Santos e Santos (2007): leitura exploratória para familiarização com o conteúdo, extração sistemática das informações (autores, ano, objetivos, metodologia, principais achados e conclusões) e categorização temática. Posteriormente, foi realizada uma síntese integrativa, permitindo identificar convergências e divergências entre os estudos, com ênfase na formação docente, na construção de práticas pedagógicas anticapacitistas e nas recomendações para políticas educacionais. Essa metodologia permitiu compor um panorama crítico e atualizado sobre a temática, oferecendo subsídios para compreender o papel dos professores na construção de ambientes escolares equitativos e para mapear desafios que ainda precisam ser superados no contexto da educação inclusiva brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos nove estudos selecionados permitiu a construção de três eixos de leitura, que emergiram da convergência temática e metodológica dos trabalhos analisados: Práticas pedagógicas anticapacitistas: fundamentos e contribuições; Lacunas e desafios na implementação; e (3) Equidade x igualdade: uma distinção necessária.

Esses eixos foram definidos de forma a organizar os achados em categorias interpretativas que facilitam a compreensão do fenômeno investigado. O primeiro eixo discute as bases teóricas e práticas das ações voltadas para o enfrentamento do capacitismo no ambiente escolar, evidenciando contribuições de autores e experiências nacionais. O segundo eixo aborda as limitações e obstáculos à efetivação dessas práticas, trazendo reflexões sobre a formação docente, políticas públicas e condições de trabalho. Por fim, o terceiro eixo destaca a necessidade de distinguir equidade e igualdade como conceitos norteadores da educação inclusiva, a fim de orientar práticas pedagógicas mais justas e eficazes.

Tabela 1 – Estudos selecionados para análise

Nº	Título do Estudo	Autor(es)	Ano
1	A escola e o desafio da inclusão: práticas pedagógicas anticapacitistas	Ferreira, M. et al.	2023
2	Diversidade e capacitismo na educação básica: caminhos para superação	Gesser, M. O.; Böck, G. L. K.	2024
3	Educação inclusiva e o papel do professor na construção da equidade	Pacheco, J.; Montiel, M.	2022
4	Perspectivas sobre a inclusão escolar no Brasil: revisão crítica	Capellini, G.	2023
5	Educação e diversidade: práticas para um currículo inclusivo	Costa, P. K. A.	2021
6	Desenho Universal para Aprendizagem: aplicação no contexto brasileiro	Ribeiro, G. R. P. S.	2018
7	Diferenciação curricular e inclusão escolar: desafios e possibilidades	Pletsch, M. D.	2020
8	Formação docente e enfrentamento do capacitismo na escola	Padilha, A. M. L.	2022

Práticas pedagógicas anticapacitistas: fundamentos e contribuições

O primeiro eixo evidencia que o enfrentamento ao capacitismo no contexto escolar demanda mais do que o cumprimento de leis e diretrizes; exige mudanças profundas nas concepções de ensino, aprendizagem e diferença. Segundo Gesser e Böck (2024), o capacitismo é uma forma

de opressão que atribui valor inferior às pessoas com deficiência, invisibilizando suas potencialidades. Para combatê-lo, a escola precisa construir uma pedagogia que reconheça as diferenças como parte constitutiva da experiência humana e promova a participação ativa de todos os sujeitos no processo educativo.

Capellini (2023) propõe que as práticas inclusivas, que favoreçam a autonomia do estudante e valorizem seus modos singulares de aprender. Essa perspectiva converge com os princípios da pedagogia crítica de Freire (2019), que defende o diálogo como eixo central da prática educativa, rompendo com modelos autoritários e transmissivos.

Além disso, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) é apontado como um recurso estratégico para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Ribeiro (2018) e Costa (2021) explicam que o DUA propõe múltiplas formas de engajamento, representação e expressão do conhecimento, de modo a atender à diversidade da turma desde o planejamento inicial. Essa abordagem reduz a necessidade de adaptações pontuais e cria um ambiente de aprendizagem para todos.

Outro ponto ressaltado pelos estudos é o papel dos professores na desconstrução de estereótipos. Padilha (2022) enfatiza que o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre capacitismo é condição para que o docente possa atuar como agente de transformação social. Esse processo implica formação continuada, reflexão sobre a prática e diálogo com a comunidade escolar.

Lacunas e desafios na implementação

Apesar dos avanços teóricos e legais, os resultados indicam que a implementação de práticas pedagógicas anticapacitistas ainda encontra obstáculos. Ferreira et al. (2023) apontam que muitos educadores relatam dificuldades em adaptar suas estratégias de ensino para atender às necessidades de alunos com deficiência, seja por falta de conhecimento técnico, seja pela escassez de recursos pedagógicos.

Mantoan (2017) observa que, embora a legislação brasileira seja uma das mais avançadas no campo da inclusão, as escolas ainda apresentam barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais que dificultam a participação plena dos estudantes. Esses desafios são agravados por uma cultura escolar que, muitas vezes, valoriza a homogeneização e desconsidera a singularidade de cada sujeito.

Os estudos também destacam que a formação inicial dos professores não contempla, de forma consistente, conteúdos sobre educação inclusiva e práticas anticapacitistas (Pletsch, 2020). Isso faz com que o docente chegue à sala de aula despreparado para lidar com a diversidade, reproduzindo práticas excludentes de maneira involuntária. Para superar essas lacunas, é necessário investir em programas de formação continuada, produção de materiais didáticos acessíveis e fortalecimento das redes de apoio multiprofissionais (GESSER; BÖCK, 2024).

Além disso, a sobrecarga de trabalho docente e a falta de tempo para planejamento coletivo dificultam a construção de estratégias pedagógicas colaborativas. Pacheco e Montiel (2022) sugerem que as escolas adotem modelos de gestão mais democráticos, que envolvam professores, famílias e estudantes na construção de um projeto pedagógico inclusivo.

Equidade x igualdade: uma distinção necessária

Um achado recorrente nos artigos é a necessidade de distinguir igualdade e equidade como princípios orientadores da educação inclusiva. Igualdade pressupõe oferecer os mesmos recursos para todos, enquanto equidade significa garantir que cada estudante tenha o suporte necessário para alcançar seu pleno potencial (Pletsch, 2020).

Freire (2019) já alertava que tratar igualmente os desiguais perpetua injustiças, pois não considera as condições de partida de cada sujeito. Mantoan (2017) reforça que a equidade exige flexibilização curricular, adaptações de materiais e estratégias diversificadas de avaliação, para que o aluno possa demonstrar seu aprendizado de diferentes formas.

O DUA surge novamente como ferramenta essencial para operacionalizar o princípio da equidade. Ribeiro (2018) destaca que, ao planejar atividades que contemplem múltiplos meios de representação, engajamento e expressão, o professor cria um ambiente mais inclusivo e favorece o aprendizado de todos os estudantes, não apenas daqueles com deficiência.

Portanto, os resultados indicam que a construção de práticas pedagógicas anticapacitistas só é possível quando a escola assume a equidade como valor central, revendo suas concepções de normalidade, mérito e sucesso escolar. A distinção conceitual entre equidade e igualdade, longe de ser apenas teórica, orienta a transformação das práticas e a elaboração de políticas educacionais mais sensíveis às necessidades reais dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliográfica permitiu compreender de forma ampla a relevância das práticas pedagógicas anticapacitistas para a construção de uma educação inclusiva e equitativa no Brasil. Os estudos analisados evidenciam que o enfrentamento do capacitismo demanda não apenas adaptações pontuais, mas uma mudança estrutural nas concepções de ensino, aprendizagem e diferença. A implementação do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), a formação crítica e continuada de professores e o engajamento de toda a comunidade escolar emergem como estratégias centrais para superar as barreiras que ainda persistem.

Constatou-se, entretanto, que a distância entre a legislação inclusiva e a prática cotidiana das escolas permanece um desafio significativo, exigindo maior investimento em políticas públicas, recursos pedagógicos acessíveis e tempo para planejamento coletivo.

Por fim, ressalta-se que este trabalho foi desenvolvido a partir de demandas identificadas durante a iniciação científica, reforçando seu caráter de compromisso social e acadêmico. Espera-se que os achados aqui apresentados contribuam para o avanço de pesquisas futuras e inspirem práticas pedagógicas transformadoras, orientadas pelo princípio da equidade e pelo compromisso ético de garantir o direito à educação para todos.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, A. M. N.; FRACOLLI, L. A. Revisão sistemática de literatura: uso e análise crítica de documentos científicos. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 14, n. 33, e15614, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v14i33.15614>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAPELLINI, G. Perspectivas sobre a inclusão escolar no Brasil: revisão crítica. *Revista Educação & Realidade*, v. 48, n. 2, p. 1-20, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236112363>.

COSTA, P. K. A. Educação e diversidade: práticas para um currículo inclusivo. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 47, e2021, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1984-686X2023000100241>.

FERREIRA, M.; GESSER, M. O.; BÖCK, G. L. K. A escola e o desafio da inclusão: práticas pedagógicas anticapacitistas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, e2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/6K78VLH8BBSNQLtgjTQ8kkc/>. Acesso em: 10 set. 2025.

FONSECA, E. M. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

- GESSER, M. O.; BÖCK, G. L. K.** Diversidade e capacitismo na educação básica: caminhos para superação. *Educação e Realidade*, v. 49, n. 1, e2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/pkgbDBgRCFxzYCjDwCPK3bb/>. Acesso em: 10 set. 2025.
- IBGE.** Censo Demográfico 2022: características gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2025.
- INEP.** Censo Escolar da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 10 set. 2025.
- MANTOAN, S. M.** Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 3. ed. São Paulo: Moderna, 2017.
- PADILHA, A. M. L.** Pedagogia histórico-crítica e educação para pessoas com deficiência. *Nuances: estudos sobre Educação*, v. 27, n. 1, p. 97-111, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v27i1.8291>.
- PACHECO, J.; MONTIEL, M.** Educação inclusiva e o papel do professor na construção da equidade. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 35, n. 1, p. 123-142, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21814/rpe.27998>.
- PLETSCH, M. D.** A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para inclusão escolar. GEDH-UERJ, 2020. Disponível em: <https://gedh-uerj.pro.br/producao-cientifica/a-diferenciacao-curricular-e-o-desenho-universal-na-aprendizagem-como-principios-para-inclusao-escolar/>.
- RIBEIRO, G. R. P. S.** Desenho universal para aprendizagem: fundamentos e aplicação. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 2, p. 313-321, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072018000200008.
- SANTOS, L. S.; SANTOS, C. G.** Estudos de revisão sistemática: guia para síntese criteriosa da literatura. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 11, n. 2, p. 83-89, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000200012>.
- WHITTEMORE, R.; KNAFL, K.** The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>.